



Diário da Sessão n.º 044 de 16/04/02

Presidente: Srs. Deputados, passamos agora ao pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão da **Proposta de Resolução que “Recomenda ao Governo Regional que proceda a uma avaliação sobre as causas dos cortes de energia na ilha Terceira e garanta que as anomalias sejam corrigidas”**, apresentada pelo Partido Popular.

Está à discussão o processo de urgência e dispensa de exame em Comissão. Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta nossa Proposta de Resolução que recomenda ao Governo Regional que proceda a uma avaliação sobre as causas dos cortes de energia eléctrica na Ilha Terceira e garanta que as anomalias sejam corrigidas, é matéria e trata factos que são do conhecimento público e, portanto, do conhecimento geral, o que na nossa perspectiva permite, sem quebra de interesse e de valia para esta Assembleia, que o plenário possa de imediato deliberar sobre o seu conteúdo.

Por outro lado, e decorre do anteriormente referido, é nosso entendimento de que a matéria tem premência, tem urgência e, portanto, deveria ser objecto de apreciação nesta sessão plenária.

Conjugando estes aspectos pedimos a dispensa de exame em Comissão e o processo de urgência.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Atendendo aos fundamentos invocados pelo Partido proponente da dispensa de exame em Comissão e o debate de urgência da matéria em causa, e tendo em conta a anormalidade e gravidade da situação que está subjacente ao diploma em referência, os efeitos nefastos desta situação a nível individual e colectiva e também tendo em conta que é uma questão do domínio público a urgência de tomada de posição sobre esta matéria, - de resto a Assembleia Municipal da Praia da Vitória já em Fevereiro tomou uma posição por unanimidade, no sentido de ser reparada a situação - por todos estes motivos e ainda por mais aqueles que iremos invocar no âmbito do debate sobre esta matéria, o PSD vai votar a favor do pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do diploma em causa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma avaliação dum pedido de urgência e dispensa de exame tem necessariamente a ver com a própria natureza e os objectivos dum documento que se pretende apreciar e discutir.

Se um documento pretende tomar um conjunto de deliberações que necessitem de fundamento, que necessitem de estudo prévio, etc., pode haver urgência, e o Regimento prevê esse esquema, mas é difícil conceder-lhe a dispensa de exame em Comissão.

Se um documento visa ele próprio recomendar que outra entidade, neste caso o Governo, proceda a esse tipo de estudos, pode haver a dispensa de exame em Comissão.

Portanto, é um problema de colocação, face ao objectivo do documento. Neste caso e por entendermos que o que o Partido Popular propõe, face ao facto que já motivou muitas posições públicas de várias áreas políticas e



sociais na Ilha Terceira, é recomendar ao Governo que trate doutra forma um determinado problema, pensamos que pode ser dispensado de exame em comissão.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Em relação a esta Proposta de Resolução o PS, com maioria nesta Assembleia, podia ter duas atitudes, uma das quais seria a de arrumar o assunto tal como ele é proposto aqui neste momento, ou seja, votar a urgência e dispensa de exame em Comissão e depois, porque teria razões suficientes para isso, votar contra a Proposta de Resolução e aquilo que é proposto, mas não vai ser este o tratamento que pretendemos dar a esta documento. Vamos assumir outra posição.

Podíamos contentar-nos, para o esclarecimento desta matéria que aqui é referida, com declarações ontem sugeridas na comunicação social, podíamos contentar-nos com as informações que na altura do debate naturalmente seriam feitas pelo responsável do sector, mas julgamos que esta proposta, tal como está redigida, parte de pressupostos falsos e parte de preconceitos suspeitos.

Os pressupostos falsos são o pressuposto de que esta Assembleia consegue fazer a distinção entre a confusão de situações que nos considerandos aí são referidos, em relação às diferentes fases da evolução da problemática da energia eléctrica na Terceira, comparando situações que, efectivamente, não são comparáveis e que esta Assembleia não tem conhecimento suficientemente pormenorizado para avaliar estas confusões.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Cai em contradições manifestas quando considera que a propagada remodelação e mobilização da rede de distribuição teria criado as condições para um regular abastecimento de energia eléctrica à Ilha Terceira.

Nós sabemos que o problema está na distribuição e aqui diz-se que essa distribuição foi propagada e modernizada, havendo aqui algo que é efectivamente contraditório com os objectivos.

Fala em situações, para as quais diz que não encontra explicação aparente. É preciso procurar a explicação real.

Refere dados nos considerandos que mostram, citando o programa de médio prazo, que é necessário promover a recolha e tratamento de dados indispensáveis a uma apreciação da situação actual e evolução recente do sector energético da Região.

Tudo isto aponta para uma situação que o documento em si podia ter aproveitado e se o tivesse feito, cairia por base este conjunto de falsos pressupostos que aqui são apontados e que é de esta Assembleia ter um conhecimento suficiente para se pronunciar já sobre esta matéria e também de falsos pressupostos que estão no conteúdo da própria decisão, pelo que se recomenda a esta Assembleia para o Governo Regional proceda junto da EDA a uma rigorosa avaliação da situação da energia eléctrica na Terceira, pressupõe, sem o demonstrar, que o Governo não fez isso.

Que garanta que esses problemas serão imediatamente corrigidos, pressupõe também que o Governo não está dando esta garantia.

Que assegure que novos investimentos sejam feitos, sem saber se eles, efectivamente, estão ou não previstos.

Finalmente, a decisão desta Assembleia se pronunciar numa simples Proposta de Resolução, esta Assembleia podia fazê-lo se os proponentes



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

tivessem recorrido a outros instrumentos que tem o Regimento para isso se fazer aqui em plenário e não é através duma Proposta de Resolução.

Aquilo que se propõe no ponto 5, que é informar esta Assembleia, o Regimento recomenda que seja feito através das Comissões. Está nas competências claras das comissões, na alínea c) do artigo 60º.

Porque não queremos afogar já esta Proposta de Resolução, porque não queremos uma forma expedita de a reduzir e a interpretar literalmente naquilo que ela tem, mas sim dar-lhe alguma utilidade que é, através de um relatório adequado da Comissão, trazer a esta Assembleia a informação concreta, precisa, rigorosa sobre todos esses aspectos, a nossa votação vai ser no sentido de eximir esta Proposta de ser enviada para a Comissão e depois chegar a esta Assembleia a informação que ela deve ter, para efectivamente tomar uma decisão sobre o que nela é proposto.

Presidente: Srs. Deputados, nos termos do artigo 178º do Regimento, estão terminadas as intervenções sobre esta matéria. Assim sendo, vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com este pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão, por favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi rejeitado com 18 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP, 2 votos a favor do PCP e 17 votos contra do PS.

Presidente: Portanto, a Proposta de Resolução baixa à Comissão para parecer.



Diário da Sessão n.º 055 de 26/09/02

Presidente: Passamos agora ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos, **Proposta de Resolução - “Recomenda ao Governo Regional que proceda a uma avaliação sobre as causas dos cortes de energia na Ilha Terceira e garanta que as anomalias sejam corrigida”, apresentada pelo Partido Popular.**

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Popular entendeu oportuno apresentar à Assembleia Legislativa Regional uma proposta de recomendação no sentido de que a Assembleia tomasse uma posição, necessariamente política, sobre uma situação que, infelizmente, vem afectando de forma penalizante, e por isso preocupante, a economia e a vida dos cidadãos da Ilha Terceira.

Ainda agora acabamos de ouvir uma resposta por parte do Sr. Secretário da Economia, a pretexto de perguntas por nós formuladas, de que reconhecia ser a Ilha Terceira a segunda ilha mais penalizada em cortes e a sua situação bem mais grave no que respeita à regularidade no abastecimento de energia eléctrica.

Por conseguinte, é com toda a justeza, e diria até com toda a normalidade, que este Grupo Parlamentar, interpretando a insatisfação dos diversos sectores e da população daquela ilha, apresenta esta proposta no sentido de que esta Assembleia se pronunciasse e tomasse as medidas que, no nosso entender, seriam elementares.

Sr. Presidente e Srs. Deputados:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Ao longo destes anos aquilo que se tem ouvido e ainda se ouve no dia a dia nos desabafos da opinião pública e da população, perante as mais diversas reacções na própria imprensa local, reacções por parte de entidades representativas da ilha, dos municípios, das autarquias, da própria Câmara de Comércio e Indústria, em representação dos sectores económicos, é que a Ilha Terceira recebeu ao longo da última década investimentos de alguma monta.

Apesar dos investimento realizados que deveriam tranquilizar as forças vivas da terra relativamente a uma normalidade no abastecimento de energia, a par de anunciados propósitos de que cada ano por si seria o último de sacrifícios e de situações de inusitada e injustificada interrupção de energia, verificamos que a situação não só não melhora, como introduz casos inexplicáveis como o de já não ser necessário ocorrer tempestades, ventanias, mau tempo para que os cortes de energia surjam, porque mesmo dos dias de Lua Cheia, com bom tempo, a energia falha em determinada parte da ilha ou mesmo em toda a ilha.

As explicações que depois surgem têm a ver com situações ridículas, tais como os plásticos que, dada a existência de grandes quantidades na terra, ocasionam a interrupção do funcionamento dos motores nas centrais, são os técnicos que eventualmente não estão ainda adaptados à tecnologia de ponta e ao novo sistema computadorizado das centrais que estão mais evoluídas que a própria Região, enfim, são os técnicos da terra que dizem que a empresa e o Governo nunca deram nem dão as atenções necessárias, nem oportunidade nos investimentos requeridos.

Por outro lado, é a própria administração da empresa que, sentindo o mal-estar relativamente à opinião pública, ocorre à ilha e toma posições no sentido de desresponsabilizar a administração da EDA pela situação,



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

culpabilizando tecnicamente os responsáveis da empresa na ilha. Tudo isto é do conhecimento da opinião pública e especificamente desta Assembleia, através dos Srs. Deputados que sabem exactamente este “ping-pong” entre a assunção de responsabilidades que levou a algum conflito, que transpareceu para a opinião pública, dentro da empresa.

Os serviços centrais da administração responsabilizam os trabalhadores e os técnicos da ilha. Os técnicos da ilha, numa defesa também legítima, dizem que se a administração lhes tivesse dado os meios financeiros adequados, certamente a situação não seria aquela que se vive.

Tudo isto acontece quando é anunciado pomposamente que a partir de agora, a Região finalmente vai conseguir fornecer energia eléctrica ao Destacamento Americano estacionado da Base das Lajes, como ainda há pouco o Sr. Secretário teve a bondade de nos informar, em resposta a uma pergunta que formulámos. É um processo que está em andamento.

Nós temos a responsabilidade de, dentro de dois anos, começar a fornecer energia ao Destacamento Americano da Base das Lajes e nós, todos como açorianos e particularmente os terceirenses, queremos acreditar que isso seja possível e que vamos ter a honra de ter uma empresa capaz de fornecer energia ao Destacamento Americano e aos seus cidadãos, só que ninguém com juízo, e pela imagem que actualmente a EDA tem na ilha Terceira, acredita que seja possível, nos termos que foram aqui referidos, ou seja, com as técnicas e nos moldes em que a energia é fornecida aos autóctones, um contrato com os EUA que aguarde mais do que a primeira prestação que será de um mês, certamente, a não ser que a EDA se queira aproveitar, enganando os americanos, o que seria uma face interessante e, talvez, como diria o Padre Lucas: “não seria de todo pecado enganar os americanos”.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Acho que o Governo Regional merecia um voto de saudação e de reconhecimento se conseguisse sacar dos EUA o montante para o investimento nos motores e no dia a seguir à inauguração começar a fazer aos americanos o que faz à gente, ou seja, cortar a energia.

Portanto, ninguém imagina um corte de energia na Base Aérea das Lajes. Isso é impensável, porque até no Porto da Praia em que os americanos tinham fios amarrados a postes de madeira, a luz faltava no resto da ilha e nunca faltava no porto da Praia e com uma modalidade perfeitamente artesanal. Imaginemos agora quebras de luz numa unidade com aquelas responsabilidades.

Isso é uma expectativa que todos temos de que esse negócio funcione e que, finalmente, aquela ilha passe a ter um fornecimento de energia digno e capaz, numa altura em que se aposta também no turismo.

Portanto, toda esta argumentação para justificar uma proposta de recomendação nesta Assembleia.

Eu diria que, para além da nossa vontade própria, também temos a honra de, como é nossa obrigação, trazer a esta Casa as sugestões, os apelos que também recebemos na rua, falando com as pessoas amigas, que dizem que é fundamental que o Governo sinta que há mal-estar e que assuma as medidas e desencadeie as acções que são indispensáveis para que este assunto ultrapasse a dimensão técnica da empresa.

Por outras palavras, o que nós pretendemos, que nos parece legítimo e natural e que acreditamos que a opinião pública também exige de nós e desta Casa, é responsabilizar também o Governo politicamente para que, em colaboração com a EDA, ajude a criar as condições do normal fornecimento de energia eléctrica à Ilha Terceira.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Foi nesta lógica, Sr. Presidente, que tivemos o cuidado de formular um conjunto de recomendações que politicamente não se traduzissem num ataque ao Governo Regional, mas tão só que o Governo em conjunto com a EDA, na prática, garantissem o regular abastecimento da ilha e, por outro lado, não tivesse o eventual pretexto de desconhecer tecnicamente o que se estava passando, porque as informações até têm sido contraditórias, e assumisse, perante esta Assembleia, a responsabilidade no processo.

Foi com alguma surpresa que logo percebemos que esta nossa iniciativa - e parece-nos ser justa esta pretensão que decorre das funções e das obrigações mais elementares desta Assembleia junto do Governo - não teria acolhimento por parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, porque não viabilizou a discussão imediata desta recomendação que, de resto, caía numa altura em que a ilha estava sofrendo mais uma dessas crises de regular abastecimento e depois, em sede de comissão, acabou por efectuar um conjunto de diligências, ouvindo as partes, ou seja, a Administração da EDA, o Governo e ouvindo os técnicos e responsáveis locais da empresa, desencadeando já um pouco, por iniciativa da própria Assembleia, diligências que nós recomendávamos que fosse o Governo a efectuar.

Nós dizíamos na primeira recomendação que o Governo proceda, junto da EDA, a uma rigorosa avaliação sobre as causas que têm estado na origem dos cortes de fornecimento de energia eléctrica ocorridos recentemente na Ilha Terceira.

Isto era sugerido exactamente em 5 de Abril passado e a Comissão tomou a iniciativa, e não temos nada contra isso, de junto do Governo desencadear esse processo de audição.

Como se vê as próprias respostas deixam antever um pouco aquilo que eu referi nalguns dos considerandos na parte inicial da minha intervenção.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

O que, sobretudo, nos importava era que o Governo, perante esta Casa, nos garantisse que tudo seria feito no sentido das prioridades requeridas serem atendidas, para que as necessidades em investimento e em equipamentos fossem imediatamente efectuáveis. É isto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que está em causa.

Entendemos que a iniciativa em si pode ter e terá o mérito de desencadear a discussão, confirmar ou não a sua razão de ser e se a partir do momento em que isto ocorra, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o Partido Socialista achar que esta matéria seria lesiva daquilo que ele considera ser a defesa da imagem e o suporte do Governo, paciência! É uma leitura que nós respeitamos. Não consideramos a mais correcta nem aquela que se insere num certo hábito e tradição desta Casa, porque não mancha nem constitui desonra para o Governo Regional o Parlamento dos Açores recomendar determinado tipo de prioridades, determinado tipo de cautelas de observação e de acompanhamento duma empresa pública que, como vimos, tem ainda muito que investir e que garantir nesta Região Autónoma e que em relação a uma ilha, mais concretamente a Ilha Terceira, está em déficit para com ela e não tem revelado a prontidão e a competência de garantir o normal fornecimento dum bem essencial às populações e ao bom funcionamento do sistema produtivo da ilha.

Temos a esperança de que o Partido Socialista ainda possa evoluir para permitir a aprovação deste inofensivo voto de recomendação e talvez fosse uma forma deste Parlamento responder a alguma inquietação, não é dos meus eleitores que são poucos, mas dos nossos eleitores que são muitos e que julgo que teriam também uma maior consideração por esta Assembleia se a vissem a agir com os instrumentos que tem, no sentido da defesa dos seus interesses e neste caso duma matéria que lhes é muito cara.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Isto já aconteceu em muitos domínios e esta Casa tem este bom hábito de fazer recomendações junto do Governo. Estou certo que o Governo quando recebe uma recomendação da Assembleia também sente, entre as muitas diligências que lhe são feitas, que em relação àquilo que for recomendado por esta Casa, certamente merece uma prioridade maior da parte do Governo.

É também por isso que eles, coitados, com tanto que fazer lá fora, passam horas e dias aqui dentro, às vezes com paciência, a participar nos nossos debates.

Portanto, como resultado deste debate o Governo deve levar algum trabalhinho para casa, encher a pasta e ver que esta Casa também tem razão de ser. Sob o nosso ponto de vista, isto era útil para ambas as partes.

O CDS/PP mantém a oportunidade desta Proposta de Resolução, com a consciência de que ela, se calhar, já teve algum papel.

Presidente: Sr. Deputado, o seu tempo está a chegar ao fim, embora disponha ainda de tempo para uma segunda intervenção.

O Orador: Vou ponderar, Sr. Presidente, mas julgo que nesta minha primeira intervenção já tive oportunidade de dar os fundamentos gerais daquilo que nos trouxe aqui e da convicção de que deve ter valido a pena, mesmo que a maioria Parlamentar do Partido Socialista, de forma incompreensível, não permita que isto passe daqui para o Governo, parece-me que parte dos seus efeitos já foram atingidos.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Nesta intervenção, não querendo de forma nenhuma repetir o conteúdo alargado, mas pertinente, das observações trazidas pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, queria, em nome da bancada do PSD, dizer que apoiamos esta iniciativa na total consciência da defesa dos interesses dos Terceirenses, dos consumidores e utentes da EDA.

Não tendo de forma nenhuma jeito para fazer um discurso com algum humor, como tem o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, gostaria de registar que as questões trazidas nesta Proposta de Resolução têm perfeita pertinência e ainda total actualidade.

Começaria esta minha intervenção dizendo, em primeiro lugar, que vou deixar uma pergunta ao Sr. Secretário Regional da Economia, canalizando a nossa atenção para o sector da produção de energia eléctrica na Ilha Terceira.

Hoje já foi falada, no âmbito do ponto sobre perguntas orais ao Governo relativamente a esta matéria, na questão da produção. No entanto, gostaria que ela fosse mais aprofundada.

A produção na Ilha Terceira teve um avanço qualitativo e enorme em 1983, quando entrou em funcionamento a Central Térmica do Belo Jardim. Foi uma opção política consistente, determinada e essencial. Foi sem dúvida um passo qualitativo na produção de energia eléctrica na Ilha Terceira.

Mais recentemente, nos últimos anos, houve a aquisição de um novo grupo gerador, instalado nesta Central Belo Jardim e temos agora pela frente o grande desafio, que já foi aqui também referenciado, que é o fornecimento de energia eléctrica ao destacamento americano, instalado na Base da Lajes.

Esses são certamente consumidores que não podem ficar defraudados neste acordo que é feito com a EDA e com o Governo Regional, mas os



consumidores da Ilha Terceira, os naturais, não podem ficar de forma nenhuma defraudados com o abastecimento de energia eléctrica.

Também é sabido que os problemas verificados nos cortes de energia eléctrica são mais do foro do transporte e distribuição de energia eléctrica do que propriamente da produção.

Ao nível da produção era importante que ficasse claro neste Parlamento quais as fases ou etapas no melhoramento da produção de energia eléctrica na Ilha Terceira?

Já foi também falado aqui no projecto geotérmico, mas, em concreto, quando é que podemos ter perspectivas deste projecto servir a Ilha Terceira, produzindo energia eléctrica?

Quando é que estão terminados os investimentos na Central Belo Jardim, por forma a satisfazer as necessidades da Ilha Terceira se o projecto geotérmico não for avante?

Eu tenho uma informação que não é oficial, mas oficiosa, da possibilidade de ser instalado um parque eólico na Ilha Terceira, questão que foi falada na campanha eleitoral para as eleições autárquicas e que nos parece que esta ilha tem todas as condições para ter um parque eólico. Pergunta-se: efectivamente vai ou não avançar um parque eólico na Ilha Terceira?

Em relação à antiga central eléctrica – não é a mais antiga porque essa já foi substituída por um espaço de serviços da EDA, que melhorou substancialmente o aproveitamento daquelas antigas instalações – do Corpo Santo, que ainda funciona de vez em quando, havia a perspectiva de ser desactivada.

No futuro, aquela zona será de expansão da cidade de Angra, uma zona potencialmente virada para o turismo, próxima da encosta do Santa Galo, para a qual se prevê a construção de um hotel. Também se encontra na



proximidade da estrutura castrense de S. Sebastião, o Castelinho, onde vai haver uma estrutura de turismo.

Portanto, faz todo o sentido que aquela central térmica seja desactivada, mas fiquei com a ideia à semana passada, numa reunião da Assembleia Municipal em que esteve presente o Sr. Presidente do Conselho de Administração da EDA, de que esta central térmica ainda iria durar uns anos.

Por isso, nesta primeira intervenção, gostaria de pormenorizar as questões relacionadas com a produção, sem esquecer um outro aspecto fundamental, ou seja, o transporte e a distribuição.

Parece-nos que a situação que a Ilha Terceira tem vivido nos últimos anos, mesmo com menos horas de interrupção, é ainda uma situação muito má e quando aqui foi dito que era uma das ilhas com piores situações do ponto de vista de qualidade do transporte e distribuição, aliás, informação que já tínhamos confirmado na reunião da Comissão, estando na cauda as Flores, parece-nos que aí tem que haver um empenhamento enorme.

Ficaria agora pela produção e numa segunda intervenção dedicarei atenção às questões do transporte e da distribuição.

Muito obrigado.

Presidente: Peço imensa desculpa, mas tenho que fazer aqui um reparo.

Nós estamos a analisar uma proposta de resolução que tem um objectivo concreto e estou a sentir que estamos a divagar sobre outras matérias e outras questões.

Entretanto queria também dizer que é necessário que os senhores líderes parlamentares tenham em atenção ao tempo. Temos ainda uma enorme ordem de trabalhos para cumprir e chamava a vossa atenção para isso.

Está inscrito o Sr. Deputado José Decq Mota. Tem a palavra para o efeito.



Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sem divagações, Sr. Presidente, mas abordando as matérias correlacionadas com esta questão, vou procurar ser o mais sintético possível.

Nós hoje estamos aqui a assistir a uma sessão deste Parlamento que tem algumas peculiaridades e que tem uma natureza diferente daquilo que tem sido habitual, pelo menos nos últimos tempos.

Nós estamos neste momento a discutir uma proposta de resolução que legitimamente os Deputados do Grupo Parlamentar do PP fizeram entrar a seu tempo, interpretando e procurando intervir sobre uma questão que ultrapassa todo o espectro partidário, que abrange a população de uma ilha num conceito muito grande que é a enorme preocupação pelos problemas que afectam a produção e distribuição de energia eléctrica na Ilha Terceira, que prejudicam a economia, que criam incómodos aos cidadãos.

Houve um grupo parlamentar que tomou a iniciativa, dentro do quadro regimental que temos, de desencadear uma iniciativa que possa contribuir para que o problema seja resolvido. Penso que a chave da questão está aqui “que possa contribuir para que o problema seja resolvido”.

Agora, como é que as entidades envolvidas mesmo dentro da Assembleia respondem a esta questão? Respondem mal ou respondem bem? Eu diria que respondem bem. Toda a gente responde bem, uns respondem directamente, outros com algumas preocupações similares vão também usando outra figura regimental, como foi o nosso caso que suscitámos uma sessão de perguntas à EDA, que não foi só por causa disto, mas também por causa de muitas questões que se prendem com esta empresa.

Qual foi o resultado? Desde logo a Comissão da Economia, embora se tivesse percebido que a maioria pretendia reprovar ou inviabilizar esta



proposta, não tratou mal o problema, antes pelo contrário, tratou bem, porque montou as audições que eram necessárias, recolheu a informação que era necessária e procedendo assim a Comissão de Economia contribuiu para que o problema fosse estudado, fosse reflectido.

Também pergunto: as outras partes, nomeadamente o Governo e a EDA trataram mal o problema? Não, não tratam mal, deram as respostas. Com certeza que tiveram que estudar o problema, como hoje os Srs. Secretários Regionais das Finanças e da Economia se prepararam para a sessão de perguntas sobre esta empresa e, portanto, as respostas não foram negativas, foram boas.

Pode até dizer-se que a acção da Assembleia – mas não podemos esquecer que ela foi motivada por um acto inicial do Grupo Parlamentar do PP – pode, porventura, ter sido determinante para que este problema a curto ou a médio prazo esteja resolvido. Pode-se mesmo chegar a esta conclusão.

Nós estamos numa situação em que o Parlamento está a cumprir muito bem parte das suas funções, está a tentar interpretar o que os cidadãos pensam, está a tentar agir na sequência desse pensamento.

O Parlamento age por iniciativa de deputados e partidos, mas as comissões da Assembleia, independentemente da posição política final, também vão nessa linha e procuram contribuir.

O Governo estuda os problemas e dá as respostas e a administração da empresa envolvida também teve um procedimento correcto na audição.

Tudo isto está muito bem, agora o que é que falta para este processo ser um processo parlamentar positivo? Falta reconhecer que todos deram o seu contributo e esse reconhecimento passa pela viabilização desta proposta, porque foi a insistência desta proposta que desencadeou um processo.



Sendo assim, queria dizer-vos que o Grupo Parlamentar do PCP, com muito gosto, vota favoravelmente esta proposta e apela a que esta Câmara não desvalorize o trabalho que fez, invabilizando-a.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Economia.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação a esta proposta gostaria de dizer o seguinte:

Nós, na Comissão de Economia, prestámos todos os esclarecimentos que podíamos e que sabíamos e foi extremamente positivo para esta Assembleia e para esta Comissão perceber melhor as razões existentes de ainda existir um número acentuado de horas de indisponibilidade na Ilha Terceira, que neste momento anda à volta das 25 horas.

Acreditem que a empresa está a fazer tudo para melhorar este processo.

Os investimentos que são necessários fazer para baixar só para um dígito o número de horas de indisponibilidade, basicamente são insignificantes.

Se os senhores lerem bem as conclusões do relatório desta Comissão está lá dito claramente que 68% das quebras de energia eléctrica resultam da deslustragem que estão a ser resolvidas através de um conjunto de pequenos equipamentos que está a ser montado nas redes.

Mas, a realidade é esta: em 94 a Terceira tinha 76 horas de indisponibilidade; 85 horas em 95; 67 horas em 96; 61 horas em 97; 26 horas em 98; 32 horas em 99; 36 horas em 2000 e 25 horas em 2001. Nós não estamos satisfeitos e temos que reduzir, até porque nós temos regulamentos de qualidade que temos que cumprir a partir de Janeiro de 2003, que têm que ser genéricos para todas as ilhas do Açores.



Esse esforço de melhoria da qualidade que EDA está a fazer por todas as ilhas, resulta de um objectivo claro que nós temos, não só de produzir energia, mas produzir com qualidade, mas também da necessidade de nós termos agora um processo de comparação, porque não podemos estar a produzir energia com pior qualidade do que se está a produzir no Continente, na Madeira ou que está a ser produzida na Península Ibérica ou na Europa, porque os regulamentos vão ser iguais para todos e seremos penalizados se não os cumprirmos.

A EDA vai cumprir com tudo o que tiver ao seu alcance, não havendo qualquer problema financeiro para reduzir ao mínimo o número de horas de indisponibilidade na Ilha Terceira.

Como está aqui claramente dito na audição que a Comissão fez a todos os membros da EDA, aquilo que falta não é significativo em termos de investimento. É importante que se faça, mas só agora pode ser feito.

Neste momento 68% dessas indisponibilidades são responsáveis pela deslustragem da rede. Os trabalhos programados de manutenção da rede de média tensão são também responsáveis por um significativo número de horas.

Todos os responsáveis dizem que é preciso implementar um sistema de protecção de linhas, que está a ser feito e que isto originará 30% da ocorrência de falhas por deslustragem.

Portanto, com este investimento vamos reduzir significativamente o número de horas de indisponibilidade.

Os técnicos estão a par de tudo e estão a fazer tudo o que está ao seu alcance para que estes problemas sejam resolvidos.



Garanto-vos aqui que a EDA está a fazer o que pode e o que sabe para que a Ilha Terceira também tenha direito a um número de horas de indisponibilidade como tem S. Miguel, Santa Maria ou a Graciosa.

Este é um assunto complexo que vem do passado que foi sendo analisado e que se referem aos problemas da produção. Foram-se fazendo alguns investimentos em termos de linhas, faltando apenas pequenos investimentos que neste momento estão a ser feitos.

Em relação ao Projecto Geotérmico nós estamos num processo de avaliação do impacto ambiental e pensamos que este projecto será uma realidade na Ilha Terceira dentro de 3 anos se tivermos sucesso, ou seja, se os furos termométricos demonstrarem que temos potencialidades naquele local.

Quanto ao Parque Eólico da Ilha Terceira devo dizer o seguinte:

De facto, a Terceira é a ilha que tem mais potencialidade em termos eólicos, mas é necessário ter em atenção que o facto de termos que instalar na Ilha Terceira 10 megawatts, significa que nas horas do vazio cobre totalmente as necessidades desta ilha, ou seja, eu não posso ter um parque eólico para produzir para o vazio, mas sim para produzir para as horas cheias e é preciso analisar a rentabilidade deste processo.

Nós neste momento temos uma empresa a estudar a possibilidade das energias renováveis em todas as ilhas, porque nós não temos uma rede infinita como existe no Continente. Nós só podemos produzir energia para cada uma das ilhas e cada uma só pode aceitar uma determinada percentagem de energia renovável.

Temos que ter em atenção que a Ilha Terceira dentro de 3 anos terá o vazio coberto pela geotermia com cerca de 10 megawatts e é preciso saber se há possibilidade, apesar de haver grandes potencialidades, do parque eólico



ser instalado de forma a ser rentável o investimento que irá ser feito, porque a geotermia irá cobrir o vazio e não poderá aceitar no vazio, durante a noite, mais energia renovável.

Muito obrigado a todos.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Sr. Presidente, Sras. e Sr. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos neste momento a discutir uma proposta de resolução, apresentada pelo Partido Popular, que faz algumas recomendações ao Governo Regional.

Na sequência da mesma foram ouvidos o Governo Regional e a Administração da EDA.

Nessa mesma audição tivemos oportunidade de ouvir e de ter resposta para alguns dos problemas que se colocam no fornecimento de energia eléctrica na Ilha Terceira.

Fomos informados que a EDA já tinha procedido a uma rigorosa avaliação das causas que levam aos cortes de energia eléctrica e fomos informados que eles têm origem em avarias por quebra, em avarias não confirmadas, sendo que as duas principais fontes de cortes de energia são a deslastragem de rede e os trabalhos de manutenção, daí que os cortes de energia na Ilha Terceira nem sempre ocorram em situações de mau tempo.

Relativamente aos problemas de deslastragem, diagnosticadas as causas, a EDA já encontrou as soluções para esses mesmos problemas. A deslastragem, que era um dos principais problemas que levava, como disse e muito bem o Sr. Secretário Regional da Economia, a 68% dos cortes de energia, será solucionada por um sistema de protecção que, de acordo com



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

as informações que me foram dadas, será instalado até ao final do corrente mês.

Também de acordo com informações que eu e o Sr. Deputado Bento Barcelos tivemos o privilégio de ouvir novamente pela Administração da EDA, na última sexta-feira, na Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, esse mesmo equipamento será testado no próximo Inverno e só nessa altura poderemos ver se, de facto, soluciona ou não o problema na sua totalidade.

Para além disso, estima-se que esse sistema de protecção – não sei se o Sr. Secretário referiu ou não – irá reduzir em 30% esses cortes por deslustragem.

Outra das razões invocada pela Administração da EDA para esses cortes é exactamente uma rede muito extensa na Ilha Terceira e que, de acordo com a mesma Administração, está a ser remodelada, uma vez que já se procedeu à adjudicação da remodelação da rede das freguesias.

De acordo com a Administração da EDA, também não ocorrem neste momento problemas de produção e, portanto, os cortes por produção são muito reduzidos.

Uma vez que já foram feitos diversos investimentos na produção e com a construção da nova subestação em Angra, que estará concluída em 2003, esse problema ficará de todo resolvido.

Assim sendo, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista considera que, feito o diagnóstico dessa situação, encontradas as soluções para os problemas, estando a decorrer os investimentos que solucionarão esse problema, não encontra razão para votar favoravelmente esta proposta de resolução, uma vez que todas as questões aqui apresentadas se encontram em processo de resolução pela EDA.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Nós temos a informação, fornecida pela EDA, de que todos os investimentos já se encontram em curso.

Pensamos pois que não se justifica nem tem fundamentos suficientes a recomendação do Partido Popular.

Não está aqui evidentemente em causa um problema que foi uma realidade e que se agravou durante este ano exactamente pelos trabalhos de manutenção que estão a ocorrer na rede.

Todos nós, os que vivemos na Terceira, temos a noção que somos bastante penalizados pelos cortes de energia. Nós não estamos contra essa afirmação objectiva que foi feita pelo Partido Popular.

É óbvio que para qualquer residente na Ilha Terceira esses cortes ocorreram.

Agora, também é óbvio para todos aqueles que participaram nos trabalhos como eu, que as causas já foram diagnosticadas e também já foram encontrados os remédios para essa doença.

Assim sendo, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista irá votar contra esta proposta de resolução.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Bento Barcelos.

Deputado Bento Barcelos (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente para, em primeiro lugar, dizer que, salvo melhor opinião, não fugi do conteúdo desta Proposta de Resolução.

Efectivamente se os problemas de produção se agravarem na Ilha Terceira, os cortes de energia eléctrica também se irão agravar e foi esse motivo que me fez levantar a questão do sector da produção.

Há uma questão que o Sr. Secretário não respondeu e que se prende com a perspectiva do projecto geotérmico não ter andamento ou se não for



concretizado como é que se vai resolver o problema, tendo em conta o imperativo de que em 2004 terá que fornecer energia eléctrica ao Destacamento Americano.

Em relação às questões do transporte e distribuição de energia, efectivamente os clientes da EDA, na Ilha Terceira, não têm razões para estarem satisfeitos.

É sabido que a própria Câmara de Comércio tomou uma posição pública em nome dos empresários.

É sabido os transtornos que tem trazido os cortes de energia eléctrica para as pessoas, para a sua vida pessoal, profissional, para as empresas e para os serviços.

É sabido também – e é esse aspecto que eu queria aqui deixar como alerta – que são bastas as vezes em que a EDA não respeita os pedidos de indemnização apresentados pelos utentes.

Temos constatado que se avariam electrodomésticos e outros equipamentos por cortes de energia eléctrica. As pessoas ou as empresas vão contactar a EDA no sentido de serem indemnizadas e não têm tido uma resposta cabal e, por vezes, argumenta que não foi registado esses cortes, quando foram mais que visíveis e as testemunhas são várias nesse sentido.

Uma nota também relativamente à necessidade duma informação cabal aos utentes:

Domingo passado, numa parte da Ilha Terceira, houve um corte de energia que durou quase todo o dia. Pelos vistos houve uma pequena notícia, um pequeno aviso num jornal local nesse sentido, mas julgamos que não é suficiente para as pessoas serem devidamente alertadas para se adaptarem a esse corte de energia que levou horas.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Julgo que no respeito pelos utentes, na perspectiva dum serviço de qualidade que imperativamente tem que ser concretizado, como disse o Sr. Secretário Regional da Economia, é necessário ter que prestar informação aos utentes.

Achamos que a Proposta de Resolução tem toda a pertinência política e reveste-se no sentido da defesa dos consumidores na Ilha Terceira. É também um apelo à EDA para fazer um esforço no sentido de concretizar investimentos e numa postura de melhor relacionamento com os seus clientes na Ilha Terceira, razão pela qual o Grupo Parlamentar do PSD apoia esta iniciativa legislativa.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É sempre ingrato intervir no fim, depois de muitas outras intervenções, porque se vai inevitavelmente repetir, pelas mesmas ou por outras palavras, aquilo que já foi dito e até aquilo que já está dito no relatório da Comissão e eu só chamaria a atenção para o relatório e pediria que pusessem em comparação o título, entendendo que o título corresponde ao conteúdo, que nem sempre é assim em outras situações, mas aqui até é.

O título da Proposta de Resolução é o seguinte: “Recomenda ao Governo Regional que proceda a uma avaliação sobre as causas dos cortes de energia na Ilha Terceira e garanta que as anomalias sejam corrigidas”. É isto que nós vamos votar e para sabermos se devemos votar isto ou não, ou seja, para sabermos se haveria um problema político em relação à EDA, tivemos que ir colher a informação necessária sobre a situação existente na Terceira. Foi isso que fizemos e dissemo-lo na altura que votámos contra a



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

urgência, porque sabíamos que esta Assembleia e a própria população, que sofre as consequências do que acontece na Terceira em matéria de fornecimento de energia, não estava suficientemente informada e até poderia pôr, como supunha, a existência de um problema político e não apenas um problema de informação.

O que o relatório prova e as diligências feitas pela Comissão é que não há nenhum problema político. Existe um problema de informação para esta Assembleia que ela resolveu quando ouviu os responsáveis da EDA que demonstraram por A mais B que não são necessários grandes investimentos na produção, que não existe actualmente problemas na produção nem no futura, com geotermia ou com americanos.

Os americanos podem ter muito medo do “Bin Laden” ou do “Sadame Hussain”, mas não fazem contratos às cegas e confiam tanto na EDA, que lhe dão esse benefício da dúvida, coisa que aparentemente os terceirenses não dão e alguns dos Srs. Deputados aqui não querem dar.

Portanto, recomendar ao Governo Regional que proceda a uma avaliação, ela está feita, está feita a avaliação das causas, então encontradas as causas e está encontrada a terapêutica, estão encontradas as soluções.

O que é que fica politicamente para fazer? Fica o desejo duma solução que está feita já do ponto de vista de investimentos, do ponto de vista da produção que tem um problema na distribuição, mas está dito no relatório que o investimento em 2002 para a distribuição na Terceira será de 2,8 milhões de euros, num total de investimento previsto para a Região de 5 milhões de euros. Na substituição da rede extensa e envelhecida, que está sendo substituída, está previsto já para este ano de 2002 este investimento, que resolve o problema mais uma questão técnica que aqui foi referida, que é a deslustragem que controla a saída da rede, que é um efeito de



multiplicação de uma pequena avaria num sítio que depois se propaga por toda a rede.

O mecanismo que acabou de ser montado e que é responsável, como se disse, por 70% dos cortes da produção, não tem nada a ver com a Lua Cheia nem com a Lua Nova, nem com a maré vazia nem com a maré cheia. Não tem nada a ver com essas singularidades meteorológicas, nem com os plásticos que voam sobre a Ilha Terceira ou com outro qualquer lixo que por lá exista também. Não tem nada a ver com lixos, mas sim com um determinado mecanismo que já está identificado e que está resolvido até final de Setembro.

Depois disto tudo o que é que fica? Fica ainda alguma coisa para recomendar ao Governo Regional? Poderia ficar se o texto da recomendação fosse no sentido de recomendar ao Governo Regional que informe a Assembleia sobre as verdadeiras causas dos problemas na Terceira. Poderia esta ser uma possível redacção, mas não é esta a redacção que está aqui feita.

Nós estamos a votar um texto que entrou aqui nesta Assembleia traduzindo um determinado sentimento, traduzindo uma determinada reflexão sobre os problemas. Nós quisemos esclarecer e dissemo-lo logo.

Nós podíamos ter feito isso em 24 horas com um voto a favor dum processo de urgência, com duas ou três explicações aqui no plenário e o resultado seria o mesmo, mas não o fizemos, porque quisemos fazê-lo com verificação segura, ouvindo os técnicos, ouvindo os responsáveis numa reunião da Comissão, trazendo um relatório com todos os elementos, com toda a informação possível e chegámos à conclusão que não há nada a recomendar ao Governo Regional.



Portanto, não podemos estar a votar a favor duma recomendação ao Governo Regional sobre uma coisa que está diagnosticada, que está resolvida dum ponto de vista onde pretendem continuar a situar as questões.

Na produção de energia não há nenhum problema na Ilha Terceira e por isso os americanos arriscam um contrato com a EDA na ilha, porque sabem que não há problemas com o sistema de produção e com o investimento que está previsto.

No sistema produtor foram investidos 6 milhões de contos, passando de 12 para 30 megawatts e a este sistema produtor vai ser acrescentado mais um grupo produtor de 6 megawatts para resolver o problema do fornecimento de energia aos americanos.

Portanto, o diagnóstico está feito? Está. Os investimentos previstos, que nem sequer são grandes investimentos, as consequências, sim, aqui efectivamente não há progressão entre as causas e os efeitos de quem sofre cortes inesperados de luz com Lua Cheia que ainda incomoda mais, embora às vezes seja mais agradável, com Lua vazia, com Lua nova, com maré ou sem maré, não existem ao nível da produção.

Querem mais alguma demonstração de que esta proposta está completamente esvaziada? Lamento desiludí-los. Que o trabalho que era pedido à Assembleia está plenamente feito? Está, está plenamente feito, a situação está esclarecidíssima.

Não pode haver dúvidas. As pessoas quando começam a pedir mais esclarecimentos, já saem do âmbito inicial da própria proposta e começam a falar da geotermia e têm mais dúvidas. Essas resposta estão, em grande parte, no relatório.



Portanto, por favor, se querem prestigiar o trabalho desta Assembleia, como entendo que querem, antes de votar – não será possível um intervalo para isso – voltem a ler o relatório e depois voltem a perguntar se continua a justificar-se que “se recomende ao Governo Regional que proceda a uma avaliação sobre as causas dos cortes de energia da Terceira”.

O Governo Regional sabe, a EDA sabe e nós agora sabemos.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E ninguém fez nada.

Secretário Regional da Economia (Duarte Ponte): Como no seu tempo.

O Orador: Não se justifica recomendar o que quer que seja ao Governo Regional nesta área.

“... e garanta que as anomalias sejam corrigidas”. Os investimentos de equipamentos estão garantidos. Alguns não resultarão a 100%. Ninguém pretende garantir isso a 100%, mas pretende-se anular uma das causas de 70% dos cortes de energia, que se traduz aqui no relatório pela misteriosa palavra de “deslastragem”.

Meus senhores, o que eu recomendo é que à saída da produção do voto procurem pôr um mecanismo que evite a deslastragem de uma proposta de resolução que em Abril ou Maio podia ter algum conteúdo político, enquanto se perspectivava sobre o assunto. Em Setembro não tem nenhum conteúdo político.

Eu lamento por um lado, mas congratulo-me por outro, porque esta Assembleia fez o que devia fazer que foi demonstrar que uma coisa que aqui está e que reclama o nosso voto e a nossa apreciação política, tem conteúdo ou não tem. Demonstrámos que não tinha e em consequência temos que dizer: meus senhores do PP, lamento, mas não tem conteúdo. Felizmente para os terceirenses não tem conteúdo.

Muito obrigado.



Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro para uma segunda intervenção.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos fazer um pequeno exercício.

Vamos imaginar que havia uma proposta que tinha sido entregue no dia 20 de Março de 2002 e que havia um grupo parlamentar que juntamente com um hipotético presidente do governo tinha reunido dias e dias e tinham recomendado que a Assembleia Legislativa Regional dos Açores resolvesse manifestar ao Governo da República uma recomendação para desbloquear de imediato as verbas necessárias à manutenção do processo da reconstrução e que, desde logo, da transferência é destinada ao ano em curso no valor de 20 milhões de euros. Isto no dia 24 de Setembro.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Isso pode ser idêntico, mas não tem nada a ver com a EDA.

O Orador: Não tem, mas vamos imaginar esta metodologia no pressuposto que isso teria oportunidade política hoje, mas como no nosso grupo parlamentar tínhamos a maioria absoluta, dizíamos que tínhamos que buscar as informações necessárias...

Deputado Joaquim Machado (PSD): *Muito bem!*

O Orador: ... para fazer as averiguações para que não haja depois necessidade.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Nós todos acabámos de ouvir as teses e os princípios que estamos já habituados.

Portanto, nós maioria e no cumprimento dessa orientação de princípios democráticos do partido da maioria não votávamos a baixa à comissão, porque é preciso averiguar e eu não sei se o Governo da República tem ou não vontade. Se calhar ele já despachou isso e então para que é que nós estávamos aqui a propor uma coisa que já estava resolvida?

(Risos da bancada do PSD)

Vamos aprofundar essa matéria.

Ouçam serenamente que é para pensarem duas vezes antes de apoiarem determinado tipo de raciocínios idênticos.

Então isso parava, fazíamos uma comissão, íamos ouvir o Sr. Ministro da República, íamos ouvir todas as entidades e daqui a um mês chegávamos aqui e dizíamos: Isto é um disparate! As transferências já foram feitas, o orçamento já está aprovado e está tudo em andamento e ainda querem que a gente aprove que vamos exigir de imediato o desbloqueamento ao Ministro da República.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, não vou perder muito mais tempo com isto, mas todos já percebemos...

Deputada Andreia Cardoso (PS): A comparação não tem nada a ver. É como se diz na Terceira “o cu não tem nada a ver com as calças”.

O Orador: ... o que é que acontecia à Chá Correana, que também está perdida e outras que a gente tem visto, que com um grande espírito e consenso temos todos ajudado a realizar.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Também todos conhecemos qual é esse sentido de equidade e de defesa dos critérios da maioria, utilizados pelo Partido Socialista e seu, “pontas de lança”, em questões que envolvem determinados partidos da oposição que eventualmente tomem iniciativas em matérias que depois podem sair caras a quem não as toma.

Sr. Presidente, temos consciência de que quando se coloca ou não a iniciativa de dispensa em comissão, é óbvio que está de acordo com o seu conteúdo. Estamos plenamente conscientes disso.

Eu desafio que me digam quais são as recomendações que estão imunes ao tempo. Eventualmente são aquelas que em relação às circunstâncias, a outra parte, o Governo, ou seja quem for, não é capaz de dar nenhuma resposta.

Portanto, se grande parte das nossas recomendações parlamentares são urgentes e justificam dispensa de exame em comissão, é exactamente para tomar uma posição política, numa altura em que, infelizmente, existe uma ilha que está insatisfeita com o serviço que lhe é prestado.

Mas, continuamos ainda apreensivos mesmo depois das auscultações que foram feitas.

Ainda há pouco a ilustre colega Deputada Andreia dizia que em relação à deslustragem iam fazer a experiência ou que iam entrar numa fase experimental.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Eu não falei em experiência.

O Orador: Todos ouvimos.

Portanto, não há a garantia de que isso funcione.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:



Basta ler a imprensa, ler as declarações que o responsável máximo da EDA e talvez mesmo por ser responsável diz a situação em que se encontra a empresa e a ilha.

Em declarações feitas, Monteiro da Silva anunciou ontem investimentos de 2,5 milhões de euros para evitar roturas no abastecimento eléctrico à Ilha Terceira durante o Inverno.

Deputado Dionísio Sousa (PS): É isso mesmo. Está no relatório.

O Orador: A apresentação da nossa proposta de resolução e depois do parecer da Comissão, já deu os seus frutos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Quer o Partido Socialista queira ou não, quer o seu ilustre Deputado Dionísio de Sousa queira ou não, infelizmente a Terceira está mal servida, infelizmente o seu povo não confia e exige que os órgãos de direito tomem posições, nomeadamente as assembleias municipais e as câmaras municipais.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é isso que está em causa.

O Orador: Toda gente reage e aguarda que este Parlamento exerça o seu papel e a sua função. Infelizmente o Deputado Dionísio de Sousa não deixa e o Partido Socialista não quer e, portanto, não será aprovada, mas os resultados estão à vista.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Isso é uma ofensa para o meus colegas de bancada.

O Orador: Ainda nas declarações de Monteiro da Silva pode ler-se que este reconhece a existência de problemas na Terceira e precisou de fazer investimentos, que estão a ser realizados, em novos equipamentos para o sistema de protecção, manutenção e remodelação da linha de transporte entre Angra e Praia e acrescentou que o investimento nos próximos dois



anos – e o problema não é, de facto, tão pontual e tão circunstancial – vai abranger a intervenção em linhas de média tensão, a construção duma subestação que vai substituir a antiga central. Portanto, há ainda muito que fazer neste sector.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): A substituição está feita.

O Orador: O mesmo Presidente do Conselho de Administração da EDA, em 1 de Março, disse que as frequentes falhas no fornecimento de energia eléctrica que têm vindo a ocorrer na Ilha Terceira, constitui uma situação embaraçosa – eu não sabia é que era também embaraçosa para o Grupo Parlamentar do PS – para a Empresa de Electricidade dos Açores. Confessou ontem Monteiro da Silva, Presidente da EDA e explica: “nós estamos neste momento ainda a ser confrontados com uma situação que não é normal...”.

Os senhores também conhecem esta situação, mas é bom lembrar para que não se fique com a ideia que há aqui uns Srs. Deputados que empolam e inventam coisas, que trazem aqui a voz do povo insatisfeito e que esse povo é uma minoria. Não é assim, esse povo é uma maioria e com razão.

Deputada Andreia Cardoso (PS): Não é isso que está em causa.

O Orador: As quebras do fornecimento de energia na Ilha Terceira são cada vez mais frequentes e surgem sem qualquer pré-aviso e por vezes esses cortes acontecem várias vezes no mesmo dia.

Segundo fontes da EDA a situação começa a ser insuportável.

Presidente: Sr. Deputado, o seu tempo está no limite.

O Orador: Termina já, Sr. Presidente.

Como imagina tínhamos mais literatura real e traduzindo factos concretos para trazer aqui ao Plenário, sobre esta grave e anómala situação.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Portanto, a própria EDA já em 1 de Março de 2002 considera que a situação é insuportável, uma vez que as redes velhas provocam disparos por tudo e por nada.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Nós estamos cientes de que todos já perceberam o que é que se passa, mas gostaria só de fazer uma pergunta ao Sr. Secretário que é a seguinte:

O Sr. Secretário serenamente dá-nos aqui informações sobre um indicador de cortes de energia na ilha na ordem das 26 horas. Acho que era bom explicar à Assembleia e à opinião pública o que são as 26 horas. Posso-lhe dizer que na minha freguesia foram, no mínimo, 46 horas e se somarmos as horas de todas as freguesias a situação é bem diferente.

Eu presumo que, e vou já adiantando ao Sr. Secretário para também facilitar-lhe a tarefa, o que isso quer dizer é que corresponde a 26 horas de incapacidade de produção da ilha, o que significaria a ilha estar toda às escuras durante 26 horas.

Assim sendo, isso pode corresponder a dezenas e dezenas de dias de interrupção de energia em determinadas zonas da ilha. Eu sei de localidades que tiveram dezenas de horas seguidas ao ponto de levantar problemas de descongelamento de alimentos e de outras situações domésticas relacionadas com esses cortes, para não falar em situações de empresas.

Os Srs. sabem, por exemplo, que um dos jornais diários da ilha tem anualmente edições ...

Presidente: Sr. Deputado, peço imensa desculpa, mas já ultrapassou o seu tempo. Eu avisei-o e não o posso deixar falar mais.

O Orador: Peço desculpa, mas não era minha intenção.

Portanto, a pergunta está feita ao Sr. Secretário.



Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Decq Mota.

Deputado José Decq Mota (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente apenas para dar o meu contributo a este debate numa perspectiva sempre construtiva.

Nós sabemos que o que está aqui em questão, em matéria de facto, é uma preocupação justa da população duma ilha, que foi interpretada e traduzida por um partido político, através duma recomendação.

O que está aqui a servir de argumentação contrária à aprovação disto, é a evolução que o problema teve em função da existência da recomendação. O problema teve essa evolução e o Parlamento teve esse conhecimento.

Agora, em função da evolução penso que, do ponto de vista político-parlamentar, há outras soluções.

Nós vamos discutir hoje uma proposta de resolução que teve uma versão inicial, depois o tempo passou e aconteceram factos, aconteceram evoluções e em função dessas evoluções chegou-se ao entendimento sobre uma redacção diferente e alternativa.

Neste caso fez-se muito, fez-se audições, recolheu-se informação, estudou-se o problema, etc., etc., mas o problema está resolvido? Não está.

Eventualmente teria cabimento que esta Assembleia, depois da evolução, procurasse uma solução em termos de redacção e de conteúdo alternativo a que correspondesse a evolução.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Mas quem é que procura?

O Orador: Isso é outro problema.

Mas como isso na Comissão não foi feito, eventualmente poderia ser posto aqui, havendo a disponibilidade da negociação política.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Eu recordo que ainda antes da intervenção do Sr. Deputado Dionísio de Sousa, a Sra. Deputada Andreia Cardoso, representando a bancada do Partido Socialista, não disse que a sua bancada estava na disposição de estudar com o proponente e com os restantes alguma alteração que viabilizasse a proposta. A bancada do PS, através da sua porta voz para esta matéria, o que disse liminarmente foi que a bancada do Partido Socialista não viabilizava e que não via nenhuma razão para viabilizar esta proposta. Era apenas esta chamada de atenção que eu queria aqui deixar.

Não vamos perder muito tempo nesta discussão. Eu não falo mais, mas de qualquer maneira não posso deixar de dar estas opiniões, porque é o que eu sinto.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para participar neste debate e tentar esclarecer alguns aspectos que me parecem importante esclarecer.

Em primeiro lugar, há aqui uma questão que, salvo o devido respeito, me parece que estamos a confundir aqui algumas coisas. O que estamos aqui a confundir é um objecto concreto sobre o qual nós temos que nos pronunciar dizendo se concordamos ou não com os termos em que está formulada a proposta de resolução, apresentada pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP. É sobre isso e não sobre o problema, porque isto não é uma intervenção no Período de Antes da Ordem do Dia.

Nós não estamos a discutir o problema em geral. Nós o que estamos a fazer é a discutir os termos e os actos concretos que o CDS/PP propõe para que



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

a Assembleia se pronuncie. É isso que estamos a discutir e é dentro deste âmbito que se deve circunscrever a nossa discussão.

Ora bem, os termos exactos em que o CDS/PP se pronuncia são, conforme já foi referido pelo Sr. Deputado Dionísio de Sousa, a avaliação sobre a causa dos cortes de energia na Ilha Terceira e a garantia de que as anomalias sejam corrigidas.

Sendo esta uma proposta de resolução haveriam dois objectivos que poderiam ser servidos com ela: orientações claras ao Governo Regional para fazer isso, deixar de fazer aquilo e fazer aquele outro ou mesmo assim entender-se que até poderia haver aqui uma situação dum sinal político.

Quanto à parte da orientação clara, ela está resolvida, porque desde logo não há uma orientação clara na proposta do CDS/PP, mas sim busca de informação e essa busca de informação foi resolvida e está plenamente satisfeita com as constatações a que o trabalho da Comissão permitiu chegar, daquilo que já estava a ser feito antes até da proposta de resolução surgir. Este é o primeiro ponto que me parece importante salientar.

A Comissão de Economia constatou que o trabalho estava a ser desenvolvido e que responde cabalmente, pelo seu trabalho, às questões que o CDS/PP queria ver esclarecidas.

Mas, ainda poderá colocar-se: há aqui uma razão para uma clara manifestação de vontade política?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Em relação a este assunto, nós passámos praticamente a manhã e a tarde a dar sinal político da importância que esse trabalho e que essa matéria assume para esta Casa, no decurso do qual o Sr. Secretário Regional da Economia teve a possibilidade de esclarecer cabalmente.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Agora, há aqui uma outra questão que me parece certa: se os objectivos desta proposta de resolução, como acredito que esses objectivos foram plenamente conversados, são o de querer saber o que é que se passa, o de querer garantias de que aquilo está resolvido, a proposta de resolução perdeu utilidade e perdeu porque garantiu essa resposta, perdeu a utilidade porque nem sequer como sinal político é válida.

Segunda questão que me parece também importante salientar, especialmente pelas palavras que o Sr. deputado José Decq Mota aplicou em relação à eventualidade de que quem não viabilizasse esta proposta de resolução, desmereceria o trabalho feito por esta Assembleia, é que temos, nesta matéria, posições radicalmente contrárias, porque, Sr. Deputado, em primeiro lugar, o senhor parte duma posição que é censurável, permita-me a expressão, de considerar que só quem votasse a favor é que valorizaria o trabalho da Assembleia. Nesta situação não é isso que se passa.

Repare, Sr. Deputado, o trabalho desta Assembleia não é apenas o trabalho das comissões. O seu grupo parlamentar deu hoje a prova de trabalho político, de sinais políticos, de discussão e afirmação política que não passa nem passou por qualquer comissão.

Portanto, em relação a esta matéria parece-me que a posição do Grupo Parlamentar do Partido Socialista se encontra plena e integralmente justificada.

Se os objectivos da proposta do CDS/PP era que o plenário esclarecesse, pois isso está esclarecido.

Se os objectivos da proposta do CDS/PP era que o plenário ouvisse da parte do Governo garantias de resolução, o plenário ouviu do Governo garantias de resolução.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Relativamente à deslastragem o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro não está a sugerir que se deslastre a rede da Terceira sem qualquer tipo de cuidado. O que se vai fazer é experimentar para ver se corre tudo bem.

Penso que o procedimento está correcto, a não ser que o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, com a experiência eléctrica que se desconhece até ao momento, conteste o procedimento da EDA, mas não me parece.

Por último, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, quero salientar também, e isto é muito importante, que o Grupo Parlamentar do Partido Socialista já deu provas, quer no trabalho desenvolvido na Comissão, quer na forma como participou na sessão de perguntas, da iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP, do empenho que tem na resolução desta e doutras questões e, portanto, não será por causa do sentido de voto, nesta matéria, que se porá em causa, como V. Exa. por lapso deixou passar, o respeito pelas necessidades das populações. Eu pelo menos entendi assim. Se não foi assim está tudo desculpado.

Em relação a critérios para apoiar iniciativas dos partidos da oposição, aguarde mais um bocadinho, Sr. Deputado Alvarino Pinheiro, que já terá a resposta dentro de momentos.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, ainda temos mais três inscrições para intervir neste debate. Nós costumamos fazer um intervalo regimental às cinco e meia e queria saber qual a opinião do plenário sobre fazermos o intervalo ou continuamos. A minha ideia era resolver esta questão antes do intervalo, mas não está fácil.

O Sr. Deputado Dionísio de Sousa acaba de prescindir da palavra, o Sr. Secretário Regional da Economia também e o Sr. Deputado Paulo Gusmão também acaba de prescindir. Srs. Deputados eu não disse isto no sentido



dos senhores prescindirem da palavra. Já sei como é que hei-se proceder de futuro.

(Risos da Câmara)

Srs. Deputados, assim sendo está debatida esta proposta de resolução e vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam, favor mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de resolução foi rejeitada com 16 votos a favor do PSD, 2 votos a favor do PP, 2 votos a favor do PCP e 28 votos contra do PS.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Dionísio de Sousa.

Deputado Dionísio de Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Uma brevíssima declaração de voto.

Eu contava uma história: parece que numa determinada ilha os Serviços Agrícolas foram plantar árvores e retiraram-se. Voltaram uns tempos depois e as plantas tinham secado e os habitantes da ilha ficaram muito admirados e quando o técnico voltou lá perguntaram: “mas era preciso regá-las?”.

É isto que acontece com a proposta de resolução. Se ela é apresentada há três meses atrás, é preciso regá-la, ou seja, é preciso ir à comissão e ver qual a evolução.

Vamos dar brevemente um exemplo do que aconteceu:

Srs. Deputados, não se admirem se chegarem à conclusão que a planta secou.

É preciso regar as propostas de resolução.

Muito obrigado.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

(Aplausos da bancada do PS)

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Gusmão.

Deputado Paulo Gusmão (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As melhores plantas, aquelas que secam, são aquelas que já deram o seu fruto.

(Risos da bancada do PS)

O problema é quando se quer mostrar que a planta deu o seu fruto, secou sem dar fruto ou que daria o fruto sem ter havido a planta.

O Presidente do Grupo Parlamentar do CDS/PP apresentou há pouco declarações do Presidente da EDA.

O Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista disse há pouco que tudo estava resolvido. Não é verdade e não é verdade pelo seguinte: o CDS/PP apresentou esta proposta de resolução – e isso tem a ver com um comportamento político – ou seja, um mês depois do Presidente da EDA ter dito: “há necessidade de rapidamente se encontrar formas de resolver as questões que estão a preocupar a EDA”.

Quando em Junho, dois meses depois de ter sido apresentada a proposta de resolução, são apresentadas soluções, são-no depois e são graças à planta que deu o fruto, porque, Srs. Deputados, em Março era o próprio Presidente da EDA a reconhecer que não havia soluções. É por isso mesmo, Srs. Deputados, que se hoje esta proposta foi votada, foi porque já em Abril, quando esta Planta foi semeada, V. Exas., com a má fé de hoje, já nessa altura chumbaram a iniciativa do CDS/PP.



REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL
Gabinete do Presidente

Portanto, votem a favor ou não, foi a iniciativa do CDS/PP que gerou esta solução.

Aliás, há mais:

Era o próprio Presidente da EDA que dizia, em Março, que há um plano da EDA que prevê intervenções na rede da Terceira até 2015. Depois a proposta de resolução do CDS/PP, há as soluções que aqui são apresentadas.

É por isso que a vossa má fé pode, com certeza, chumbar as propostas de resolução que bem entenderem, mas ela deu frutos.

Presidente: Sr. Deputado, não se esqueça que está a fazer uma declaração de voto.

O Orador: Aliás, ao contrário da vossa proposta de resolução sobre as bibliotecas inclusivas que até hoje não deu nada, da vossa proposta de resolução de apoio aos idosos que até hoje não deu nada, da vossa proposta de resolução sobre defesa e preservação do património de indústria do chá que até hoje não deu nada e da vossa proposta de resolução que recomenda ao Governo Regional medidas para Furnas do Enxofre, na ilha Terceira.

Afinal chumbem, mas a nossa passou.

(Aplausos das bancadas do PP e PSD)

Presidente: Parece não haver mais declarações de voto.